



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150411 - MG (2021/0219961-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : L F DA R S (PRESO)
ADVOGADOS : JEFFERSON LUIS SALLES DA SILVA - MG126347
WILKER MORONI DE OLIVEIRA SOARES - MG185609
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : A G DA S
CORRÉU : A R R
CORRÉU : F L DE C

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por L. F. DA R. S. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.080209-6/000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 4/11/2020, pela prática em tese das infrações penais previstas nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva para a garantia da ordem pública e da instrução criminal. Posteriormente, foi denunciado pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em concurso material.

Sustenta, em primeira análise, a ilegalidade do encarceramento provisório por ausência de realização da audiência de custódia após a sua prisão em flagrante, bem como porque teria sofrido agressões injustas dos policiais militares que o prenderam.

Defende a nulidade da denúncia ofertada pelo Ministério Público, ao argumento de que fundada em elementos de informação colhidos de forma ilícita, haja vista o acesso policial desautorizado ao aplicativo de mensagens de texto instalado em seu aparelho celular.

Alega a nulidade da audiência de instrução realizada de forma telepresencial, porquanto, no seu entendimento, não houve garantia da incomunicabilidade das testemunhas, contrariando-se, assim, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Por fim, assevera a possibilidade de substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação de sua prisão preventiva. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, bem como o reconhecimento das nulidades processuais suscitadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente